

O GÉNERO DE PESSOA QUE TODOS SOMOS

Miguel Tamen

O género de pessoa que somos é algo que, em última análise, não cabe a nenhum de nós decidir. Se assim fosse, seríamos todos, salvo o ocasional calvinista, muito boas pessoas, o que até os não-calvinistas têm razão para acreditar que não somos. O modo como nos descrevemos como pessoas, contudo, é, até certo ponto, um problema nosso. As descrições que nos são dadas por filósofos e cientistas, tão metafóricas quanto as descrições improvisadas pelos leigos a respeito de si próprios, têm um alcance mais ambicioso. Temos sido descritos por outros, de diversas maneiras, como organismos, relógios, computadores, campos de forças, almas, mentes agarradas a corpos, corpos agarrados a qualquer coisa não exactamente corpórea, auras desligadas de tudo o resto, linguagem a-falar-atraves-de-alguma-coisa, e por aí em diante.

Existe, porém, um sentido em que as nossas auto-descrições menos ambiciosas são importantes. Pode importar, por exemplo, se eu me descrevo como Napoleão ou como São Francisco. Pode importar ainda mais se eu moldo as minhas acções e decisões de acordo com uma certa descrição de Napoleão ou São Francisco. Se a descrição de Napoleão em relação à qual moldo as minhas acções e pensamentos for muito particular ou fora do vulgar, outra pessoa poderá muito bem confundir-me com São Francisco. E, claro está, quaisquer tentativas de imitar

modelos práticos podem ser incompreendidas, uma vez que não controlo as consequências e as descrições das minhas acções do mesmo modo que controlo as minhas decisões. Posso, assim, passar uma vida inteira a imitar São Francisco, praticando os tipos de acções consideradas mais ou menos franciscanas pela maioria das pessoas, imitando uma descrição muito comum do santo — dirigindo-me a animais de maneiras particulares, por exemplo — para vir a perceber, no meu leito de morte, que a maioria dos meus conhecidos sempre me tomou por Napoleão. Alguma coisa terá corrido terrivelmente mal, penso então. Foi a sua maneira napoleónica de imitar o santo, diz-me impiedosamente alguém.

Escusado será dizer que não é preciso pensar em modelos elevados e célebres de imitação e exemplo. Na maior parte dos casos, os nossos exemplos não são objecto de descrições muito conhecidas (um certo tio inesquecível, um amigo, uma avó, que não são famosos). Este tipo de imitação é tão comum que a ambição de agir à semelhança de modelos históricos, que para Napoleão era ainda muito presente, é hoje considerada um sinal de distúrbio mental. É uma experiência sóbria, e dolorosa para alguns, verificar que o longo elenco de exemplos plutarquianos foi parar ao asilo de loucos. Os Péricles e os Werthers, as Elizabeth Bennets e os Alexandres encontram-se hoje em instituições de saúde

mental, não em santuários morais. *Dom Quixote* e *Madame Bovary*, como, de facto, Dom Quixote e Madame Bovary, as personagens, permanecem como símbolos desta transferência de modelos de panteões morais para clínicas psiquiátricas. Tios anónimos, por outro lado, continuam a ser perfeitamente aceitáveis, sendo provavelmente um dos exemplos derradeiros, ainda que privatizados, de uma capacidade esgotada para a admiração pública.

Deveríamos ainda acrescentar que não é preciso estarmos permanentemente casados com um modelo particular. A história de uma vida pode ser contada como uma sequência de modelos polígama, alguns deles tão efémeros que apenas adquirem tal dignidade no contexto dos juízos retrospectivos suscitados pela auto-descrição. A sua vizinhança foi por vezes pontuada por crises agudas, que muitas vezes os levaram a abrir espaço para algum novo modelo inescrutável, de acordo com as circunstâncias. A sequência inteira surge em todo o seu esplendor caótico sempre que nos perguntamos «Como é que aprendi isto?». Por detrás da resposta está quase invariavelmente uma pessoa, um nós-como-outra-pessoa. Considere-se um caso simples, como o da caligrafia. A caligrafia costuma ser vista como uma das coisas mais pessoais que temos. No entanto, assim que nos concentramos na história particular de um dado traço da nossa caligrafia, poderemos de facto encontrar a caligrafia de outra pessoa. Por detrás do traço do meu *t* e do ponto do meu *i*, sou capaz de detectar, se a isso estiver inclinado (nem todos estamos), muitos modelos diferentes. Muitas vezes, os modelos foram muito modificados pelo uso, e só com enorme esforço, mediante a mesma espécie de imaginação paleontológica que permite aos cientistas ver a semelhança entre uma baleia perfeitamente familiar e um monstro quadrúpede de outrora, reconheço que o meu *Q* deriva do de outra pessoa.

Se tentarmos generalizar este ponto, emerge uma espécie característica de descrições,

a saber, uma descrição nos termos da qual cada uma das nossas capacidades e talentos, pensamentos, truques e afectos se posiciona na sua própria, e muitas vezes paralela e independente, história múltipla. Não adquiri o meu amor pelo próximo de uma forma substancialmente diferente daquela como adquiri o uso de certa palavra (talvez numa língua estrangeira) ou de uma certa técnica, e ambos começaram por parecer completamente fora do meu alcance. O que não equivale a dizer que «Ama o teu próximo» está ao mesmo nível de «Cruza o teu *t*» — nem saberia eu o que «estar ao mesmo nível» significa aqui. Menos ainda estou a sugerir que a aquisição de qualquer sentimento ou técnica novos é meramente uma questão de um contágio informal, puramente receptivo. A trigonometria, a equanimidade e o alpinismo claramente não o são. Pelo contrário, na imagem que emerge desta forma de atenção histórica às nossas próprias capacidades, habilidades e talentos não existe absolutamente qualquer hierarquia de talentos mas apenas uma procissão continuada de dívidas.

A palavra *dívidas*, mesmo no contexto deste argumento alusivo, poderá parecer metafórica e deverá portanto ser entendida com precaução. Refiro-me a dívidas cujo pagamento quase nunca é reclamado e, sobretudo, dívidas que não saberíamos como pagar. Por vezes, apercebemo-nos de que nos sentimos gratos por alguma coisa que agora compreendemos ser importante para nós. Mas acontece que, por muito bons que sejamos a expressar gratidão por presentes e empréstimos, continuamos a ter pouco jeito para expressar gratidão pela aquisição das técnicas cujas vantagens para as nossas vidas são em todo o caso muito mais presentes. As *tabulae gratulatoriae* de livros recentes, as quais, como género, mereceriam uma análise detalhada, estão cheias de testemunhos de dívidas intelectuais eternas, e de gratidão uxoriana e conubial. Os autores professam aí, com liberalidade, dever a outros e uns aos outros uma nova e decisiva concepção de poder ou um sentido de amor

imperecível. Raramente o fazem a respeito da higiene oral ou da temperança. E além disso, os destinatários destas declarações, que por sua vez se sentem lisonjeados pelo reconhecimento do seu papel em matérias conubiais, dificilmente se sentiriam lisonjeados por referências a dívidas em matéria de técnicas menores ou condições inexprimíveis. «Que a tua verdade seja o dote», anuncia Lear sombriamente a Cordélia, que acabara de professar, enigmaticamente, «pagar deveres com o devido». E porém, sentimos que o aparte anterior de Cordélia («ama e cala-te») expressava uma máxima infeliz.

O dilema de Cordélia, assim como a nossa percepção da desproporção entre a importância que um certo apetrecho tem para nós e a impossibilidade de reconhecer a sua aquisição de um modo apropriado, sugere uma hierarquia de bens capaz de acomodar a variedade de origens desse apetrecho. O teste derradeiro da importância de um preceito ou de uma técnica não é tanto a frequência com que lhe damos uso (o que nesse caso, pelo menos nas sociedades ocidentais contemporâneas, poria a higiene oral muito à frente da caridade), mas antes a frequência com que as descrições que dela faço interferem com as minhas descrições de toda a espécie de outras coisas: quer dizer, o estatuto que lhe dou em relação a todos os outros preceitos e técnicas que reconheço em mim e nos outros, ou a maneira como a posiciono num sistema de valores e fins.

Vistas a esta luz, nas nossas descrições daquilo que devemos uns aos outros — seja acerca de detalhes de caligrafia ou de virtudes em geral — pessoas, coisas e artefactos coexistiriam ao mesmo nível. Pode dar-se o caso de ser incapaz de descrever a minha vida sem produzir descrições desses ingredientes idiossincráticos. Poder-se-á também dar o caso de eu não ser no fundo senão um estranho animal amador de certos artefactos e de certas pessoas? Que uma pessoa precise de o confessar, e de o fazer por escrito, é talvez deplorável, mas é irrelevante para o argumento.

Algumas pessoas sentem a necessidade de explicar que existe uma diferença de espécie entre o seu apreço por certo artefacto ou o seu interesse pela cozinha, e o seu apreço pela humanidade ou o seu interesse por Deus. E claro está que estes não são idênticos, no sentido inofensivo em que, dada a variedade de actividades e interesses humanos, não é de esperar que apareça uma medida comum — mas isto não é aquilo que geralmente se quer dizer ao explicar a (ou pedir desculpa pela) variedade dos nossos interesses. Para a pessoa que eu sou, a ideia de que o meu cultivo da cozinha deva ser posto ao nível do meu amor geral pela humanidade é de uma natureza quase obscena. Cozinhar, estaríamos tentados a dizer, é uma coisa inerentemente «à margem», uma característica opcional da pessoa que sou, substituível facilmente e sem prejuízo por outros interesses e talentos opcionais, como a lavagem de dentes e o *lacrosse* — na categoria, por outras palavras, da assiduidade de Hitler em salas de concerto, da atracção de Marx por criadas, ou da prática de violino de Ingres. Uma análise mais próxima da metáfora do *violon d’Ingres*, todavia, mostra que não é necessário que certas actividades, talentos e sentimentos estejam «à margem» de quaisquer outros. Afirmamos que o violino de Ingres está «à margem» da sua pintura. Esta afirmação faz apenas sentido se escolhermos ver Ingres em primeiro lugar como um pintor. Neste caso, embora não no caso de Miguel Ângelo, a afirmação é relativamente incontroversa. Contudo, o violino de Paganini não é certamente uma prática à margem do seu alegado pacto com o diabo, tal como o pacto de Fausto com o diabo não está à margem da sua relação com Margarida. Ter certas opiniões acerca de cozinha apenas indica que não somos um *Escoffier*.

Tais símiles têm portanto muito pouco que ver com descrições a priori de talentos e acções. Para alguém interessado em descrever o *pêche Melba*, o facto de Nellie Melba ter sido uma soprano em tempos famosa poderá não interessar.

O mesmo não se verifica para um historiador da ópera. E, com efeito, a justificação prevalecente para o trânsito terrestre de uma pessoa pode residir em última análise num aspecto do carácter dessa pessoa que em nada se relaciona com coisas dignificadas como profissões ou interesses intelectuais, e que pode ter antes que ver com algumas consequências não intencionais das suas acções. Talvez, no caso da Melba, ela pensasse estar a treinar para se tornar uma cantora embora, tarde demais para que ela o percebesse, saibamos hoje que se estava a treinar para sobremesa póstuma. Fôssemos capazes de a informar agora desse facto, talvez ela se sentisse como a pessoa que passara a vida inteira a emular São Francisco apenas para ser considerada no seu leito de morte uma réplica de Napoleão. Mas, claro está, não nos cabe decidir que género de pessoa somos, o que significa que Nellie Melba teve muito pouco que ver com o género de pessoa em que Nellie Melba acabaria por tornar-se. Pode verificar-se no fim de contas que tornar-se a inspiração para uma sobremesa é muito mais memorável que as nossas genuínas, mas frustes, intenções de nos tornarmos uma soprano mundialmente famosa.

Não somos capazes de controlar as nossas reputações póstumas, ou pelo menos podemos fazer muito pouco a esse respeito. Podemos porém certamente aprender com essa impossibilidade e reconhecer de uma forma mais franca a reversibilidade dos nossos múltiplos talentos e capacidades Ingresianas, assim como a diversidade intrigante dos seus modelos práticos. Em vez de nos imaginarmos como capitães de navios meticulosamente organizados, o género de exercício que deu à psicanálise uma boa reputação, deveríamos talvez imaginar-nos a nós mesmos como carregando, cada um de nós, um saco Sísífico, como qualquer vulgar velha do saco. Descrever os conteúdos do saco, que passámos as nossas vidas inteiras a encher com toda a espécie de coisas herdadas de toda a espécie de origens, a necessidade de cuja co-presença a maioria das pessoas, incluindo nós próprios, nunca será capaz de compreender por inteiro, é a única possibilidade legítima de auto-descrição despretenhiosa. A maneira como remexemos os conteúdos do saco diz muito acerca do género de pessoa que somos.

Publicado no original como «The Sort of Person We All Are», *Common Knowledge* 11:3, (2005) 522-26. Tradução portuguesa de Ana Almeida e Humberto Brito.